

Quem é a mãe que pode falar? — Perspectivas decoloniais e a universalização da maternidade em “Incondicional — O Mito da Maternidade”

Who Is the Mother Who Can Speak? — Decolonial Perspectives and the Universalization of Motherhood in “Unconditional — The Myth of Motherhood”

Geisa Rodrigues¹ 

Marina Costa Vasconcelos¹ 

RESUMO: *Este artigo analisa o documentário Incondicional — O Mito da Maternidade (2024), de Patrícia Fróes, de uma perspectiva feminista decolonial. Para a observação da proposta política feminista do filme, são expostos estudos feministas sobre a maternidade. Também são articulados os pressupostos do feminismo decolonial, a fim de expor os efeitos da colonialidade do gênero na própria luta feminista. A análise do filme revela um discurso que evoca uma maternidade preferencialmente branca e de classe média, mas também aponta fissuras de resistência nas falas das entrevistadas, como a recusa do rótulo de “guerreira” e a defesa do cuidado como responsabilidade coletiva. Ressalta, dessa forma, a importância de representações audiovisuais plurais, sensíveis às diferenças de raça, classe e território.*

Palavras-chave: *maternidade; feminismo hegemônico; feminismo decolonial; documentário.*

¹Universidade Federal Fluminense – Niterói (RJ), Brasil.

Editores: Gisela G. S. Castro , Maria Collier de Mendonça  e Milena Freire de Oliveira-Cruz 

ABSTRACT: *This article analyzes the documentary “Unconditional — The Myth of Motherhood” (2024), by Patrícia Fróes, from a decolonial feminist perspective. To observe the film’s feminist political proposal, the article draws on feminist studies of motherhood. The assumptions of decolonial feminism are also articulated in order to expose the effects of the colonality of gender on the feminist struggle itself. The analysis of the film reveals a discourse that evokes a predominantly white and middle-class motherhood, but also points to fissures of resistance in the interviewees’ statements, such as the rejection of the label of “warrior” and the defense of care as a collective responsibility. It emphasizes the importance of plural audiovisual representations, sensitive to differences in race, class, and territory.*

Keywords: *motherhood; hegemonic feminism; decolonial feminism; documentary.*

Introdução

Afinal, a maternidade é instintiva ou uma construção social? O documentário *Incondicional — O Mito da Maternidade* (2024), dirigido por Patrícia Fróes, propõe uma reflexão sobre instinto materno, culpa, solidão e os desafios emocionais que atravessam o maternar, com base em relatos de diferentes mulheres-mães. A obra valoriza o testemunho como ferramenta de ruptura do silêncio e do mito da maternidade idealizada, lançando luz sobre as contradições da experiência materna. Apesar da proposta de entrevistar mulheres de diferentes perfis, o filme segue uma dinâmica de direcionamento das entrevistas partindo sempre das mesmas perguntas, relacionadas à maternidade. De acordo com as palavras da própria diretora do longa, em entrevista a uma das autoras deste artigo¹, a ideia era “retratar mães que tinham o direito, ou até mesmo o dever, de idealizar a maternidade. Por conta disso, elas [as entrevistadas do filme] precisavam seguir um certo padrão”. Patrícia explica que não se interessava pelas experiências singulares ou “minoritárias”, porque o objetivo é defender a frustração materna como um padrão que atravessa todas as mulheres, independentemente da situação.

De fato, embora inclua a participação de uma mulher mais velha (avó e mãe da diretora), três mulheres negras e uma de ascendência chinesa, observamos que não há uma atenção explícita às especificidades de raça, classe ou território na condução das entrevistas. Podemos afirmar que, nesse sentido, a montagem narrativa sustenta a ideia da maternidade como experiência homogênea e universal, apagando as diferenças estruturais que atravessam a vivência de ser mãe no Brasil. Essa escolha narrativa revela uma das tensões centrais deste trabalho: é possível considerar como plural uma escuta que silencia marcadores tão determinantes? De qual maternidade falamos quando o documentário afirma romper com idealizações? E, ainda, quem são as mães que têm legitimidade para falar — e serem escutadas — nas narrativas audiovisuais?

1 Entrevista concedida pela diretora Patrícia Fróes à autora deste artigo, realizada por e-mail em 8 de julho de 2025.

Mediante esses questionamentos, buscamos compreender como o filme reforça ou tensiona a noção de uma “maternidade universal” e quem são, de fato, as “mães autorizadas” a ocupar espaço no audiovisual brasileiro contemporâneo. Ancoradas em uma perspectiva feminista decolonial, propomos um olhar que reivindica representações plurais da experiência materna e aponta caminhos para uma escuta mais inclusiva, sensível às interseccionalidades de raça, classe, gênero e território nas produções documentais.

A maternidade como construção social: instinto, idealização e apagamentos

A temática da maternidade foi abordada de diversas formas durante as primeiras ondas do feminismo anglo-europeu, mas é em meados dos anos 1980 que a idealização da maternidade ganha destaque, especialmente no trabalho da filósofa francesa Elizabeth Badinter (1985). No livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, Badinter (1985) investiga diferentes períodos históricos e contextos sociais para propor a desnaturalização do instinto materno, ao revelar o quanto o amor materno foi moldado por exigências culturais, econômicas e políticas. Damos destaque aqui ao trabalho da autora, por ter reverberado sobre inúmeras pesquisas e debates no campo dos estudos de gênero, inclusive no contexto do feminismo latino-americano. No caso do filme em questão, destaca-se o fato de Badinter (1985) ser entrevistada pela diretora em *Incondicional — O Mito da Maternidade* e, de acordo com a narração da diretora, foi ela quem lhe contou tudo sobre maternidade por meio do livro citado.

Os argumentos de Badinter (1985) para ir contra a naturalização do amor materno se debruçam, principalmente, sobre as raízes históricas de sua construção. De acordo com a autora, nos séculos XVII e XVIII², houve um longo período em que o comportamento materno era marcado

2 Convém observar que a autora se dedica principalmente ao contexto europeu, mais especificamente francês, nessa parte. Há notas de rodapé até mesmo observando diferenças entre as mães alemãs e inglesas, mas quase nenhuma referência às mães das Américas.

pela indiferença e pela rejeição. No último terço do século XVIII começa a haver uma mudança, sobretudo com o desenvolvimento dos estudos demográficos e a valorização da vida das crianças. Trata-se, no entanto, de uma relação mercantil de manutenção de uma população francesa ativa, viabilizada pela responsabilização da família e pela valorização do papel das mães, sob a tutela do patriarcado. Entre os séculos XIX e XX, a família nuclear moderna ganha força e, com ela, o conceito de intimidade (BADINTER, 1985). A filósofa observa que a maior aceitação do modelo se deu entre a burguesia, pelo *status* conferido à função da maternidade, seguida pela aristocracia, e a última classe a aderir teria sido a das menos favorecidas. Ao argumentar sobre essa adesão, entretanto, fica explícita uma visão colonialista e alheia a outras realidades, nos termos utilizados: “Próximos dos habitantes atuais dos países do quarto mundo, os mais carentes do século XIX deviam saber que seus filhos, muitos dos quais morriam prematuramente; eram sua única garantia para o período improdutivo da velhice” (BADINTER, 1985, p. 225).

A pesquisa de Badinter (1985) reforça ainda que os séculos XIX e XX compreendem o período em que diversos discursos e instituições são mobilizados de forma a construir a imagem do amor materno como algo inato e, para além disso, sacralizado:

A maternidade torna-se um papel gratificante pois está agora impregnado de ideal. O modo como se fala dessa “nobre função”, com um vocabulário tomado à religião (evoca-se frequentemente a “vocação” ou o “sacrifício” materno) indica que um novo aspecto místico é associado ao papel materno. A mãe é agora usualmente comparada a uma santa e se criar   o hábito de pensar que toda boa mãe é uma “santa mulher”. A padroeira natural dessa nova mãe é a Virgem Maria, cuja vida inteira testemunha seu devotamento ao filho (BADINTER, 1985, p. 223).

Tal era a fôrça de tais discursos que, até os dias de hoje, essa associa  o é frequentemente sugerida pelo discurso publicitário, pela teledramaturgia e por diversos produtos culturais populares, superestimando o amor materno. Badinter (1985) observa também que, embora no século XX

cientistas e intelectuais tenham abandonado o termo “instinto” por considerá-lo fora de uso, a ideia de que a maternidade é algo inato e universal persiste. Segundo a autora, houve uma mudança de vocabulário, mas as ilusões foram conservadas e frequentemente relacionadas à natureza feminina.

No início do século XXI, a professora da Escola de Gênero, Sexualidade e Estudos das Mulheres na Universidade de York, Andrea O'Reilly (2019), inaugurou um novo capítulo dos estudos sobre maternidade ao cunhar um novo viés ou vertente do feminismo, o “Feminismo Matri-cêntrico”. A pesquisadora propõe considerar a maternidade como uma tarefa inacabada pelo feminismo tradicional e destaca a categoria *mãe* em detrimento da categoria *mulher*, argumentando que as mães necessitam de uma organização própria, estruturada com base no trabalho e na identificação específica com a maternidade. “As mães, indiscutivelmente mais do que as mulheres em geral, continuam sem poder, apesar de quarenta anos de feminismo” (O'REILLY, 2019, p. 13).

Mendonça (2021), em artigo sobre a ausência da temática da maternidade e da maternagem nos estudos feministas, classifica o tema como “o ‘elefante na sala’ do feminismo acadêmico”. Tal argumentação se fundamenta também no pensamento de O'Reilly (2019), ao observar o desconforto com o tema e as possíveis associações com o essencialismo: “pelo fato de a diferença de gênero ser vista como um fator estruturante na manutenção da dominância masculina, muitas feministas minimizam ou desprezam qualquer marca dessa diferença: a maternidade — é obviamente — a principal delas” (O'Reilly, 2016, p. 203 *apud* Mendonça, 2021, p. 66). Situada entre a reivindicação por direitos e os excessos relacionados aos discursos neoliberais que supervalorizam o papel da mãe na sociedade, a maternidade de fato se torna um tema delicado e complexo. Quando pensamos nas imagens difundidas de forma massiva pela publicidade, pela teledramaturgia, pelo cinema e demais produtos culturais, deparamo-nos com uma dimensão ainda mais preocupante, que universaliza certos sentimentos e demandas e afeta de forma ainda mais violenta as diferentes realidades que envolvem países do Sul Global.

Estudos contemporâneos ao de O'Reilly na América Latina cunham o conceito de “cativeiro” (LAGARDE, 2005) para questionar o lugar imposto às mulheres-mães. Esta seria, segundo a autora, a expressão político-cultural da condição da mulher no mundo patriarcal. Lagarde (2005, p. 36) tece a crítica de como essa condição molda as experiências e identidades femininas. O cativeiro da mulher-mãe-esposa³ (LAGARDE, 2005, p. 38-39) é apresentado como o paradigma mais comum, em que a mulher só é realizada pessoalmente pela procriação e pela dependência dos outros assentada na maternidade, na filiação e na conjugalidade. “A condição da mulher é uma criação histórica, cujo conteúdo é o conjunto de circunstâncias, qualidades e características essenciais que definem a mulher como um ser social e cultural genérico: um ser de e para os outros” (LAGARDE, 2005, p. 33, tradução nossa). Dessa forma, a maternidade é vista como um “instinto sexual e maternal”, algo “natural” e “irrenunciável” para todas as mulheres (LAGARDE, 2005). A naturalização do papel da mulher reforça o apagamento do trabalho de cuidados, em geral invisibilizado na sociedade, e, em vez de uma escolha, esse trabalho vira um dever inerente ao sexo feminino⁴. A sociedade patriarcal descrita por Lagarde (2005) impõe, por meio da experiência do parto, a única via legítima de ser mulher: ser mãe. A conformação do *status* social é considerada um sucesso se as mulheres se sentem realizadas única e exclusivamente nesta condição. Dessa maneira, a reprodução biológica é destacada como fundamental na “identidade feminina” (LAGARDE, 2005).

A autora reforça que a naturalização da maternidade e a desvalorização do trabalho de cuidado, também presentes tanto nas críticas de Badinter (1985) quanto nas de O'Reilly (2016; 2019), atingem o continente em que vivemos por meio das próprias experiências locais. Mas a questão que move o presente trabalho nasce exatamente desse ponto crítico. Como

3 “*Madresposa*” no texto original.

4 Reparem que utilizo sexo em vez de gênero, pois a análise primordial sobre a qual a autora se debruça também se expande ao sentido biologizante que era categoricamente naturalizado no início dos anos 2000.

ARTIGO

dar conta do que seriam nossas próprias “experiências locais”? Como dar conta dos diversos entrecruzamentos que envolvem o maternar em nosso contexto, como classe, raça, identidade de gênero, entre outros? Sugerimos, dessa forma, que em abordagens como a do documentário, ao pensar a maternidade no contexto brasileiro, é fundamental levar em conta os impactos, tanto de uma perspectiva eurocêntrica da figura materna quanto do uso indiscriminado das ideias provenientes de estudos feministas brancos.

Maternidades decoloniais: raça, colonialidade e os limites do sujeito-mãe

As reflexões epistemológicas decoloniais, produzidas a partir dos anos 1990 por um grupo de estudiosos do Sul Global que se dedicaram à crítica dos efeitos do colonialismo, inauguram uma ótica mais sensível principalmente às construções sociais e raciais estabelecidas nas colônias europeias no nosso continente. As opressões de gênero, entretanto, apesar de serem observadas por autores como Aníbal Quijano (2005), só passam a ganhar relevância com os esforços de mulheres que se dedicaram ao ativismo político e à pesquisa sobre os efeitos da colonialidade do gênero no contexto latino-americano. Entre esses trabalhos, destaca-se o da filósofa argentina María Lugones (2020), com suas contribuições para os aportes do feminismo decolonial. É importante pontuar, entretanto, que, para além da dimensão teórica do termo, as reivindicações, a luta e as bases que fundamentam o pensamento feminista decolonial são anteriores à criação do grupo. Lugones (2020) diz se inspirar e se basear no pensamento de ativistas, grupos de mulheres indígenas e periféricas, pensadoras e feministas negras, entre outras que já atuavam de forma “decolonial” muito antes de o termo ser cunhado. Tais aportes são utilizados pela autora para observar de que forma os conceitos de sexo e gênero modernos e coloniais, quando impostos e aplicados aos corpos e existências dos colonizados, condicionaram-nos a uma interpretação diacrônica, limitada a padrões eurocêntricos e incapaz de dar conta da complexidade que envolvia as relações sociais e subjetividades desses povos.

Para Lugones (2020), o sistema moderno-colonial de gênero se caracteriza por dois “lados” de atuação: um visível/luminoso e um invisível/obscuro. No visível, que se aplica a mulheres brancas e burguesas, a pureza e a subjugação sexual são impostas. Dessa forma, valoriza-se sua função reprodutora ao mesmo tempo que elas são excluídas da esfera do poder. No outro lado, o invisível, todo e qualquer rastro de atribuições de gênero anteriores é apagado, e são violentamente impostos às mulheres colonizadas (negras, indígenas, periféricas etc.) o sexo forçado com colonizadores e uma incomensurável exploração de sua força de trabalho. A categoria “mulher”, entretanto, condiciona-se ao lado visível, e o termo, nesses moldes, torna-se universal.

Lugones (2020) amplia a análise estabelecida por Aníbal Quijano (2005) sobre a colonialidade do poder e se dedica mais especificamente ao uso do sistema de gênero colônia-moderno na subjugação das mulheres racializadas. Trata-se de um mecanismo de que o sistema colonial se utilizou para impor o regime binário e hierárquico de gênero, levando as mulheres não brancas a um *status* de total invisibilidade ao longo da história.

O dimorfismo biológico, a dicotomia homem/mulher, a heterossexualidade e o patriarcado estão inscritos — com letras maiúsculas e hegemonicamente — no próprio significado de gênero. Quijano não percebeu sua conformidade com o significado hegemônico de gênero. Ao incluir esses elementos na análise da colonialidade do poder, quero expandir e complicar suas ideias, que considero centrais ao que chamo de sistema de gênero moderno/colonial (LUGONES, 2020, p. 56).

De acordo com essa lógica, as categorias homem e mulher passaram a ser entendidas como homogêneas e universais, porém existe uma norma em que “mulher” se refere a burguesas brancas heterossexuais e “homem” aos machos burgueses heterossexuais. Lugones (2020) observa que a separação distorce e invisibiliza a interseção entre raça e gênero, além de reforçar uma heterossexualidade compulsória, para controle sobre a reprodução e perpetuação dos papéis sociais.

Para expor a artificialidade e a violência da imposição do sistema moderno-patriarcal, Lugones (2020) se debruça sobre pesquisas como as da pensadora de origem indígena Paula Gunn Allen e as da autora nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí.

Oyěwùmí entende o gênero, introduzido pelo Ocidente, como uma ferramenta de dominação que produz duas categorias sociais que se opõem de maneira binária e hierárquica. “Mulheres” (enquanto gênero) não é um termo definido pela biologia, ainda que seja designado a anafêneas. A associação colonial entre anatomia e gênero é parte da oposição binária e hierárquica, central à dominação das anafêneas introduzida pela colônia. As mulheres são definidas em relação aos homens, a norma. Mulheres são aquelas que não têm um pênis; não têm poder; não podem participar da arena pública. Nada disso pertencia às anafêneas iorubás antes da colônia (LUGONES, 2020, p. 66).

Os estudos de Oyěwùmí citados por Lugones (2020) expõem a hierarquização de gênero nos moldes moderno-capitalistas como algo imposto aos sistemas iorubás que, antes dessa interferência, não se caracterizavam pela diferenciação dicotômica e opositora, muito menos pela subjugação das fêmeas. Entretanto, como a própria Oyěwùmí (2020) observa, mesmo após anos de dominação e imposição, é possível identificar formas de resistência em dinâmicas familiares, culturais e religiosas entre descendentes dessas culturas. No Brasil, as práticas relacionadas às religiões de matriz africana são um exemplo, tanto em termos de flexibilização dos papéis de gênero quanto das hierarquias determinadas por esses papéis.

Em outro texto dedicado aos desafios das epistemologias africanas perante os fundamentos eurocêntricos do feminismo, Oyěwùmí (2020) observa as limitações do tema da maternidade como abordado pelo feminismo branco. A principal limitação se refere ao condicionamento — ainda que para efeito de crítica — do papel da mulher na estrutura da família nuclear moderna. Dessa forma, a categoria “mãe” só passa a fazer sentido ao ser compreendida como a esposa do patriarcado. “Essa é a única explicação para a popularidade do seguinte oxímoro: mãe solteira” (OYĚWÙMÍ, 2020, p. 90). Assim, se o casamento e as opressões de gênero são objeto de crítica dos estudos feministas de origem euro-estadunidenses, ao mesmo tempo tais estudos feministas têm como base a instituição familiar, condicionando arranjos e estruturas sociais inteligíveis, em sociedades e contextos específicos.

No caso dos países latino-americanos, é fato que a família nuclear foi imposta como modelo a ser seguido. Entretanto, é importante identificarmos tanto a artificialidade dessa imposição quanto as experiências e existências que ficaram de fora dessa norma. Qualquer discurso que problematize a maternidade e a categoria “mulher” em nosso contexto deve problematizar também as bases em que se fundamentam tais críticas, levando em conta as diferentes formas de submissão e enfrentamento cotidianos. Nesse sentido, quando observamos práticas discursivas como a do filme objeto deste artigo, convém indagar: que mulher é essa?

A feminista decolonial Françoise Vergès (2020, p. 45) propõe o conceito de “feminismo civilizatório” para pensar os efeitos de anos de estudos de gênero que consideraram um sujeito universal do feminismo. A proposta não é apenas uma crítica ao feminismo branco, mas também ressalta a posição da autora em relação ao continente colonizador: uma Europa que se construiu historicamente por meio da colonização de territórios externos. De acordo com Vergès (2020), os caminhos para prevenir as armadilhas de um feminismo civilizatório, pautado por um discurso corroborado pelo neoliberalismo e sustentado pela igualdade de gênero individualista, são imprescindíveis para a desconstrução das amarras do colonialismo. O roteiro hegemônico se manifesta com a maior entrada das mulheres no mercado de trabalho, acesso a bens de consumo e industrialização, aliado ao que as “civilizatórias” chamam de uma globalização conciliadora e pacífica para todos os envolvidos. Em contraponto, as epistemologias do Sul Global devem ser enfatizadas para evitar justamente a universalização da condição de mulher a um padrão branco, de classe média e europeu.

O amor incondicional ou universal?

O documentário *Incondicional — O mito da maternidade* já evoca em seu título as referências a Elizabeth Badinter (1985), que se mostrarão presentes em grande parte dos 70 minutos de filme, como observaremos mais à frente. Essa influência se confirma no momento em que há uma menção ao livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno* e

a inserção de uma entrevista com a filósofa, feita em outro ambiente. O filme se constrói por meio de entrevistas em estúdio com nove mulheres com diferentes perfis selecionados, além de falas e intervenções de Patrícia. São exibidas também cenas da rotina de mãe de Fróes e imagens de arquivo da infância da diretora, todos narrados em primeira pessoa. A proposta é questionar, de forma intimista, os mitos e a romantização que cercam a maternidade. De acordo com a diretora, “é um filme que me fez falta quando eu fui mãe e que eu gostaria de ter visto. Me senti muito sozinha, muito enganada, não veio nada do que me prometeram. [...] Fiz o filme em primeira pessoa e são maternidades que, de certa forma, ecoam a minha” (INCONDICIONAL, 2024). Entretanto, ao observarmos as escolhas narrativas e conceituais do filme, aliadas a essa alegoria pessoal da diretora, evocamos a discussão proposta neste artigo: de que mãe estamos falando?

A sequência de abertura do documentário se diferencia das seguintes por fazer uma alusão às imagens propagadas pela linguagem publicitária da maternidade “perfeita” e idealizada. Antes da primeira cena, entretanto, surge a legenda: “Este filme foi gravado em horário comercial, com diárias de 8 horas realizadas em dias úteis”. Vemos Patrícia Fróes brincando com seu filho, Lino, num parque gramado num dia de sol, ao som da música “Sua majestade, o nenê”, numa gravação da década de 1960 do trio Nagô. As imagens em câmera lenta e o “efeito sonho” das primeiras cenas remetem a uma paisagem idílica. Por meio da narração, Fróes evoca uma ruptura com esses padrões, questionando o que foi preciso para obter aquele tipo de imagem, como equipe, assistentes, maquiadora, equipamentos etc. A partir daí, o filme exhibe imagens dos bastidores da filmagem da sequência, com a equipe trabalhando, a preparação de Patrícia e do espaço etc., colocando em xeque a “fantasia” que se transforma em imagem.

Na sequência, após a entrada do título do filme, passamos para o estúdio em que grande parte das cenas são filmadas. Vemos seu filho no chão, brincando sozinho por cerca de 20 segundos. Em seguida há um corte para a imagem frontal de corpo inteiro de Patrícia sentada numa cadeira,

exibindo olheiras e um rabo de cavalo descuidado. Essas imagens, aliadas ao *lettering* inicial sobre as 8 horas de trabalho em dias úteis e às imagens relacionadas ao *making of* da sequência idílica, evocam a rotina de uma mãe que precisa levar o filho com ela para o trabalho. A temática da conciliação entre o trabalho e a função de mãe será recorrente ao longo do filme, como veremos a seguir. Convém observar que a imagem da diretora nessa sequência não tem uma função específica em meio às entrevistas, que só se iniciam na cena seguinte, com sua mãe, Luciana, ocupando a cadeira em que estava sentada. Tais imagens iniciais evocam um questionamento aos excessos que envolvem o “trabalho de mãe”, que volta a ser abordado mais à frente, em uma sequência em que Patrícia lista as tarefas de sua rotina de mãe.

Ao todo identificamos 13 linhas temáticas/questões feitas pela diretora às entrevistadas. Destacaremos aqui os trechos que se relacionam à investigação proposta e em que ficam mais evidentes os efeitos observados. Em particular, interessa pontuar os momentos em que algumas possibilidades de ruptura são silenciadas. A primeira pergunta, direcionada a Luciana Fróes, mãe da diretora, é sobre o desejo de ser mãe: “Você sempre sonhou ser mãe?” “Sempre. Demorei muito pra ser mãe”. Nesta sequência, cinco mulheres respondem à pergunta. As três primeiras entrevistadas respondem positivamente ao desejo de ser mãe de diferentes maneiras. A quarta entrevistada, Thainá, única mulher negra que surge na sequência dedicada a essa pergunta, dá uma resposta completamente diferente das outras: “Eu nunca quis ser mãe. Eu achava que a maternidade era algo que anulava a vida. Era algo que paralisava a vida, os sonhos e os projetos”. Passamos para a resposta de Mariana, quinta a responder: “Sempre. Desde criança...”. Há um corte para imagens de arquivo de Patrícia grávida durante um exame de ultrassom, e como trilha de fundo ouvimos o batimento cardíaco de um bebê. A câmera foca Patrícia e depois passa para a imagem do ultrassom. Corta para a imagem em *contraplongé* de uma criança de cerca de três anos, que deduzimos ser Patrícia, a câmera se aproxima e destaca sua expressão. Corta para a imagem de Patrícia adulta com o rosto em foco durante o parto, no hospital, apreensiva. Tais

imagens evocam um diálogo com a ideia do desejo de ser mãe como algo imputado às mulheres desde a infância. As inserções das imagens de arquivo da diretora, em diferentes contextos e períodos da vida, vão ser utilizadas em grande parte das sequências, em geral ilustrando ou corroborando as respostas. Nesse caso específico, fica evidente que em nenhum momento a fala de Thainá foi considerada para efeito da condução da abordagem do filme.

A rodada de perguntas seguinte se refere ao amor instantâneo na hora do parto. Aparentemente a ideia seria desmistificar algo que foi construído como um momento “mágico”, mas que na verdade gera muito estranhamento e sensação de solidão, como as entrevistadas e as imagens de arquivo buscam afirmar. A última entrevista dessa sequência é feita com Thaiane, outra mãe negra, cujo depoimento destacaremos por destoar de todos os outros, mas sobretudo das imagens de registro do parto de Patrícia, utilizadas em diversos momentos dentro do filme. Essa resposta também é utilizada como gancho para a abordagem seguinte, sobre o *baby blues*:

Foram 22 horas e meia de parto. Ela (a filha) nasceu no dia 17 de abril de 2020. Na cara da pandemia, eu tinha acabado de ser afastada da empresa [...] em uma maternidade lotada, em Madureira. Com um monte de mãe falando: ‘pelo amor de Deus, me ajuda, socorro mãe!’ E eu fiquei assim: ‘gente, o que está acontecendo? Era assim?’ [...] Depois disso eu não consegui rir, não consegui chorar, eu só me sentia cansada.

O contraste entre essa fala e as outras narrações sobre o tema é evidente, mas se dilui no processo de direcionamento para a temática do *baby blues* — fenômeno que, segundo a fala da diretora, atinge de 80 a 90% das gestantes no mundo, mas do qual ninguém fala. Para além de ressaltar um problema real, essas estratégias revelam também uma tentativa de abordagem de uma temática como universal, em detrimento das marcas interseccionais de gênero de experiências como a de Thaiane.

Após a temática do *baby blues*, as entrevistas são conduzidas para a abordagem da solidão materna e da exaustão nos primeiros meses.

Convém destacar dessa sequência a narração de Patrícia acerca do seu parto, que contrasta de forma muito perceptível com a narrativa de Thaiane anteriormente descrita:

Tem uma frase que eu adoro. Ela não é sobre maternidade, mas acho que diz muito sobre maternidade. Ela diz assim: ‘toda opressão implica em uma simulação.’ Essas simulações muitas vezes já acontecem no parto, quando o fotógrafo escolhe o melhor ângulo e tira suas manchas com o melhor filtro. Na maternidade onde o Lino [filho da Patrícia] nasceu, não tinha serviço de psicóloga, mas maquiadora tinha (INCONDICIONAL, 2024).

A fala, aparentemente crítica, revela os marcadores de classe que estruturam a experiência da diretora, principalmente ao se tornar narradora principal do longa. Afinal, de que maternidade se trata? Em que realidades o parto é acompanhado por fotógrafo e maquiadora? Trata-se de um privilégio inacessível à maioria das mães brasileiras. Nesse ponto, torna-se evidente uma aproximação ao objeto da crítica de Miñoso (2020), que estabelece o conceito de razão feminista eurocêntrica, ou seja, “uma série de práticas [...] que foram combinadas e desenvolvidas por feministas de qualquer tendência e por meio das quais elas contribuíram para a produção de um sujeito universal ‘mulher/mulheres’”. A análise do filme *Incondicional — O Mito da Maternidade* nos permitiu inferir que, mesmo ao tentar desconstruir o “mito do instinto materno”, busca-se trabalhar a imagem da “mulher” para além de qualquer diferença, espaço e tempo. A maternidade é apresentada como um projeto moderno-ocidental universalizado, a exemplo do que observa Miñoso (2020). Apesar do cuidado em compor as entrevistas por mulheres de diferentes perfis e contextos, sendo três entrevistadas negras e uma de origem asiática, em nenhum momento as particularidades das mães, seja pela raça, classe ou o que for, são utilizadas ou destacadas pela diretora na condução do filme.

Outro aspecto que convém destacar se refere à escolha de exibir as entrevistas sem qualquer demarcação de raça, classe, território ou identidade de gênero. As identidades só são reveladas ao final, com

os créditos do filme. Tal escolha poderia ser lida como uma tentativa de despir quaisquer prejulgamentos e colocar em pé de igualdade as experiências. Entretanto, também pode revelar uma estratégia que visa universalizar a experiência da maternidade, buscando os pontos em comum que poderiam gerar identificação com diversos perfis de mães. Tal estratégia acaba reforçando um gesto de apagamento das diferentes experiências de maternidade, sobretudo quando surgem narrativas atravessadas por especificidades sociais. Tal contraste evidencia o que Lugones (2020, p. 73-76) chama de “lados” do sistema moderno/colonial de gênero. De um lado, as mulheres brancas e burguesas, para quem a maternidade é idealizada como “natural”, ou seja, o lugar ocupado pela própria diretora em sua narração. De outro, as mulheres racializadas, atravessadas pela sobrecarga, pela exaustão e pela precarização. Ao tentar universalizar essas experiências e vozes como se fossem equivalentes, o documentário, mesmo em sua intenção de desconstrução, reinscreve máscaras coloniais que silenciam diferenças estruturais. Grada Kilomba (2019) ajuda a compreender esse mecanismo ao nomear como “máscara do silenciamento” o dispositivo colonial que impede a fala e simboliza todo um regime de dominação. A pergunta que ecoa da reflexão “quem pode falar?” ressoa em *Incondicional — O Mito da Maternidade*.

Resistências: romper o silêncio e recusar rótulos

Ainda que o filme analisado esteja fincado em concepções universalizadas de luta, reforçando o lado invisível da colonialidade de gênero (LUGONES, 2020), é possível apontar trechos que reivindicam fissuras que desestabilizam o modelo moderno/colonial, desencadeando imagens de resistência. Fissura não é utilizada aqui de maneira aleatória, pois escolhemos para enfatizar pontos de ruptura ou instabilidade que emergem no âmbito de uma representação dominante ou idealizada. As fissuras são momentos em que a experiência vivida e o pensamento subalterno rompem com a lógica imposta por uma “razão feminista” universal e

eurocêntrica, que muitas vezes reproduz o racismo, o classismo e o heterossexismo (CURIEL, 2020; MIÑOSO, 2020).

Tais efeitos podem ser observados, por exemplo, nos questionamentos da entrevistada de origem chinesa, Lian Tai.

Eu acho que o fato de a mãe ser considerada a única responsável por conta dessa narrativa de que para a mãe é natural, é instintivo [*sic*], a mãe é aquela que se sacrifica em tudo, eu acho que essa conta ser só da mãe faça [*sic*] com que vire uma relação entre a mãe e a criança. Uma das duas tem que perder. Para a criança estar bem, a mãe tem que sacrificar tudo. Ou, para a mãe estar bem, é a criança que tem que ser negligenciada. Não se pensou sobre as outras formas. Cadê a sociedade? Cadê a comunidade? Cadê a família ampliada? Cadê as políticas públicas para cuidar da criança?

O incômodo de Lian cria uma espécie de fissura nas atribuições relacionadas à maternidade, porque desafia a ideia de que a criação de filhos é uma responsabilidade exclusivamente individual da mãe, reforçando o cuidado para a direção do cuidado como responsabilidade social. A necessidade de reconhecimento de outros saberes e práticas que emergem das experiências vividas e que propõem mundos fora da matriz liberal/colonial que privatiza o cuidado é uma das defesas mais importantes do feminismo decolonial (CURIEL, 2020). A modernidade ocidental, como faceta do capitalismo e a serviço da colonialidade, impôs uma lógica individualista que oprime as mulheres, fazendo-as arcar sozinhas com o que em outros contextos sempre foi de responsabilidade coletiva. Outro ponto de ruptura surge no momento em que as mães falam dos grupos de apoio formados por outras mulheres. Isso é reiterado pela fala final de Patrícia: “Aprendi que feminismo é o oposto de solidão”.

Outro trecho do filme que dialoga com temas relacionados à questão racial é a crítica ao termo “guerreira” para rotular mães. Essa crítica, apesar de direcionada a todas as mães, conversa diretamente com a imagem da mulher negra forte (GONZÁLEZ, 2020) e abre espaço para o questionamento desse estereótipo, como na fala de Gabi:

Caraca, eu subi outro dia no prédio. Estava com duas bolsas retornáveis com a criança. Mas eu estava na maior *vibe* [sic]. Eu fui no fone aqui [sic]. Cara, minha *vibe* estava muito boa. O porteiro falou: ‘cara, eu admiro você, você é muito ‘guerreira’’. Eu falei: ‘caralho, tipo assim, cortou minha *vibe* toda’. Porque eu falei: ‘mano, eu só tô com duas bolsas retornáveis, a criança e o fone ouvindo um pagodinho aqui, sabe?’ Eu tava com uma *vibe* muito boa, o cara vim [sic] falar que eu sou guerreira. Aí eu olhei: tá bom. Mas assim, não me chama de guerreira.

A recusa em ser chamada de “guerreira” nesse caso específico gera uma fissura porque rompe com a romantização da maternidade heroica, criticando a exaltação da força materna que, na prática, serve para naturalizar a sobrecarga feminina. Grada Kilomba (2019), ao discutir a figura da “mulher negra superforte”, explica que, embora ela possa ser uma estratégia política, essa imagem também aprisiona as mulheres em um ideal que as impede de expressar vulnerabilidades e o sofrimento real das opressões. A fissura aqui é a demanda por ser vista como um ser humano complexo, que tem “liberdade de ficar com raiva, e quando estou fraca, gostaria de ter a liberdade de ser fraca, e não como uma ‘super-humana’” (KILOMBA, 2019, p. 194).

Em suma, essas fissuras representam momentos em que as vozes e experiências das mulheres no documentário desafiam as narrativas impostas sobre a maternidade, expondo suas contradições, violências e a necessidade de uma abordagem mais complexa e decolonial, que reconheça a heterogeneidade de suas vivências. Elas são um convite a “desvelar a trama oculta das lutas feministas e seu compromisso com a colonialidade” (MIÑOSO, 2020, p. 98).

Considerações finais

A análise do documentário *Incondicional — O Mito da Maternidade* mostrou que, ao mesmo tempo que o filme se apresenta como crítica ao mito do instinto materno, ele também reinscreve esse ideal, na medida em que universaliza a experiência da maternidade, encaixando-a num

formato de crítica feminista reducionista e com rastros da colonialidade. Concluímos que, para romper com a imagem padrão da mulher branca, urbana e de classe média, é necessário muito mais que apenas inclusão e diversidade de personagens. É preciso falar com e não somente falar sobre e, por meio de uma escuta atenta, descolonizar o próprio discurso cinematográfico e o pensamento político pretensamente contestador, indagando sempre quais os pontos de vista desde os quais se constroem tais contestações. Trata-se de um gesto que envolve um processo de desconstrução e questionamentos constantes e, sobretudo, reconhecimento dos privilégios que envolvem o contexto sócio-histórico de produção dos próprios discursos contestadores.

Ao mesmo tempo, apesar dos elementos problematizados na análise proposta, foi possível identificar fissuras inscritas pelas vozes e gestos das entrevistadas em alguns trechos, como a recusa em ser chamada de “guerreira” e o incômodo diante da responsabilização exclusiva da mãe. São exemplos de deslocamentos que questionam a romantização da sobrecarga e reivindicam o cuidado como responsabilidade coletiva, proporcionados pela própria dinâmica que envolve a troca entre mulheres. Nessas falas, aparecem também as marcas de vivências e pontos de vista que contrastam com os padrões hegemônicos, tornando evidente que a maternidade não pode ser compreendida como experiência única e homogênea.

Mais do que identificar os limites de uma obra, esta reflexão aponta para a importância de reconhecer a pluralidade das maternidades e de construir espaços de escuta que não apaguem diferenças. Pensar quem pode falar sobre a maternidade é, em última instância, pensar quem pode ser reconhecida como sujeito de direito e de voz, tanto no audiovisual quanto na vida social.

Conflito de interesses: nada a declarar.

Fonte de financiamento: nenhuma.

Disponibilidade de dados da pesquisa: Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Contribuições dos autores: Vasconcelos, M.C.: conceituação, curadoria de dados, análise formal, escrita – primeira redação. Rodrigues, G.: análise formal, metodologia, escrita – revisão e edição.

Referências

- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-139.
- GONZÁLEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização: F. Rios e M. Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- INCONDICIONAL – O MITO DA MATERNIDADE. Direção: Patrícia Fróes. Rio de Janeiro: Bananeira filmes, 2024.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantaço: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LAGARDE, M. *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. 4. ed. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.
- LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.
- MALEK, Laís. Incondicional – O Mito da Maternidade: documentário descarta cartilha de comportamentos esperados para mães. *Festival do Rio*, 8 out. 2024. Disponível em: <https://www.festivaldoriorio.com.br/br/noticias/incondicional-o-mito-da-maternidade-documentario-descarta-cartilha-de-comportamentos-esperados-para-maes>. Acesso em: 16 mar. 2026.
- MENDONÇA, M. C. Maternidade e maternagem: os assuntos pendentes do feminismo. *Revista Ártemis*, v. 31, n. 1, p. 56-72, 2021. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2021v31n1.54296>
- MIÑOSO, Y. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência da América Latina. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 96-119.
- O'REILLY, A. *Matricentric feminism: theory, activism, and practice*. Bradford: Demeter Press, 2016.
- O'REILLY, A. Matricentric feminism: a feminism for mothers. *Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement*, v. 10, n. 1-2, p. 13-26, 2019.
- OYẀŪMÍ, O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 84-95.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 107-130.
- VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu, 2020.

Sobre os autores

Geisa Rodrigues: professora associada do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (UFF). Doutora em Letras pela PUC-Rio e mestre em Comunicação pela UFF. E-mail: geisarodrigues@id.uff.br

Marina Costa Vasconcelos: mestranda em Mídia e Cotidiano pela UFF, graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e produtora multimídia formada pela Academia Internacional de Cinema. E-mail: costamarinav@gmail.com

Recebido: 11/03/2026
Aceito: 08/05/2026